

Ano 16
184.4
07/2021

algomais

A REVISTA DE PERNAMBUCO

De 23/07 a 29/07.

A corrupção tem remédio?

Analizamos as
causas desse mal
que afeta o País e as
possíveis soluções
para a sua
eliminação.

Photo by fikry anshor on Unsplash





CAPA

EXISTE VACINA PARA A CORRUPÇÃO?

Desvios de verbas públicas e mau uso dos recursos dos contribuintes não são uma doença exclusiva da administração pública brasileira. Especialistas destacam que existem “tratamentos” para combatê-la na raiz e minimizar os sintomas na política.

Rafael Dantas

As inúmeras denúncias de corrupção no País, que se intensificaram com a CPI da Pandemia, devolvem o foco da opinião pública aos desvios ou ao mau uso do dinheiro público. Pesquisa do Instituto Datafolha aponta que 78% dos nordestinos e 70% dos brasileiros acreditam que existe corrupção no Governo Bolsonaro. Esse câncer, quase que onipresente nos diferentes ciclos políticos do País, derrubou presidentes, balançou líderes políticos e manchou inúmeras biografias. Analistas políticos e de gestão avaliam que há um impacto significativo desse fenômeno no engajamento da população nas próximas eleições e receitam quais as vacinas e tratamentos a que o Brasil deva ser submetido para enfrentar essa doença crônica que afeta o País.

PARA COMBATER A COVID-19 E A CORRUPÇÃO



1. FORTALECER INSTITUIÇÕES FISCALIZADORAS

A resposta dada à COVID-19 expôs as vulnerabilidades de uma fiscalização fraca e da pouca transparência. Para garantir que os recursos cheguem a quem mais precisa, e que não fiquem sujeitos a desvios pelos corruptos, as autoridades anticorrupção e as instituições fiscalizadoras precisam dispor de verbas, recursos e independência suficientes para desempenharem suas funções.



3. DEFENDER A DEMOCRACIA, PROMOVER O ESPAÇO CÍVICO

A crise da COVID-19 acentuou o declínio democrático, com alguns governos usando a pandemia para suspender parlamentos, rejeitar mecanismos públicos de prestação de contas e incitar violência contra dissidentes. Para defender o espaço cívico, os grupos da sociedade civil e a mídia precisam dispor de condições que permitam a fiscalização e a responsabilização dos governos.



2. GARANTIR LICITAÇÕES ABERTAS E TRANSPARENTES

Muitos governos têm relaxado drasticamente os controles sobre processos de licitação. Tais procedimentos apressados e opacos trazem amplas oportunidades para a corrupção e o desvio de recursos públicos. Processos de licitação devem permanecer abertos e transparentes para combater irregularidades, identificar conflitos de interesses e garantir preços justos.



4. PUBLICAR DADOS RELEVANTES, GARANTIR ACESSO

A publicação de dados desagregados referentes ao gasto e à distribuição de recursos é particularmente relevante em situações de emergência para garantir respostas de políticas públicas justas e imparciais. Os governos também devem garantir que o povo receba informação simplificada, acessível, tempestiva e significativa através da garantia do direito de acesso à informação.

Muito antes das Manifestações de Junho de 2013 e da Operação Lava Jato, o Brasil já viveu outros momentos de forte retórica para “expurgar” a corrupção. Nos anos 60 era Jânio Quadros, com a sua famosa vassoura. Nas eleições de 1989, Fernando Collor de Melo surgiu como o “Caçador de Marajás”. Apesar de ser um tema recorrente no debate eleitoral brasileiro, os desvios de recursos públicos são difíceis de serem combatidos devido a um “problema de diagnóstico”, na análise dos especialistas.

O diretor executivo da Transparência Brasil, Manoel Galdino, afirma que o País tinha a expectativa de enfrentar a corrupção apenas com a punição dos infratores. O justicamento, porém, se mostrou insuficiente para

Antes das Manifestações de Junho de 2013 e da Lava Jato, o País viveu momentos de forte retórica para “expurgar” a corrupção. Nos anos 60 era Jânio Quadros, com a sua famosa vassoura. Nas eleições de 1989, Fernando Collor de Melo surgiu como o “Caçador de Marajás”.





reduzir os problemas relacionados aos desvios de recursos públicos. “O Brasil, nos anos recentes, acreditou que o caminho para resolver o problema da corrupção era a punição e o moralismo. Ou seja, tem que punir os corruptos, assim eles vão parar de cometer atos de corrupção porque vão ter medo. Isso não deu muito certo porque esse diagnóstico está errado”, aponta.

Galdino explica que as pesquisas e a experiência da Transparência Brasil têm demonstrado que o mais efetivo para combater a corrupção é preveni-la. “A prevenção é a gente entender que todos estão sujeitos a cometer atos corruptos se tiverem uma oportunidade, se for fácil e se perceberem que há outras pessoas fazendo e não acontece nada com elas. Prevenir significa encarar a corrupção não como uma questão moral, mas como uma questão de governança. Se a governança for boa, se as instituições funcionarem bem, se forem fechadas as janelas de oportunidade, a gente impede a corrupção porque previne. Em segundo lugar, significa que a gente precisa de boas instituições e boas regras que vão impedir essas janelas”, sugere.

Não existe um transplante ou uma cirurgia que vai remover essa doença da política do País. Na análise de Paulo Dalla Nora Macêdo, conselheiro do Projeto 72horas e vice-presidente do Instituto Política Viva, é preciso entender que a corrupção vai sempre fazer parte de qualquer sistema político, no Brasil e no mundo. A partir dessa compreensão, devemos buscar os mecanismos para prevenir novas infrações, minimizar a sua escala e puni-la. “Se a busca for superar de vez a corrupção, já começa com um objetivo impossível e que dá margem a posturas que podem ser ainda mais nefastas. O fascismo começou com o discurso de faxina ética”, compara. Dalla Nora defende ser preciso superar esse pensamento e adotar soluções para minimizar os atos corruptos sem a falsa expectativa de acabar totalmente com eles.

TRATAMENTOS

Entre as medidas essenciais para aumentar a estrutura de prevenção dos atos de corrupção está a transparência, de acordo com Galdino. Em outras palavras, é preciso que as artérias por onde circulam os recursos públicos estejam mais expostas. “Um dos caminhos para aumentar a transparência é a melhor organização dos dados públicos, mais informações e a definição de regras melhores”, sugere.

“
*Prevenir significa encarar
a corrupção não como
uma questão moral,
mas de governança. Se a
governança for boa,
se as instituições
funcionarem bem, a
gente impede a corrupção
porque previne.*

”
Manoel Galdino





Tadeu Barros defende uma política de transformação digital no País que, além de simplificar processos, traz rastreabilidade e transparência, aperfeiçoando os serviços públicos e reduzindo os riscos de corrupção na máquina pública.

Para impedir o sangramento dos recursos públicos, seja por mau uso ou por desvios, o diretor da Transparência Brasil destaca também a importância de haver um maior cuidado na composição dos quadros do serviço público. Galdino sugere que haja uma redução das nomeações de cargos de confiança, diminuindo assim as nomeações políticas. Ele defende uma prioridade de profissionais com cargos técnicos na administração pública.

Tadeu Barros, diretor de Operações do CLP (Centro de Liderança Pública), aponta duas questões que considera relevantes para o combate atual à cultura de corrupção. “Primeiro, o treinamento e a capacitação de líderes públicos capazes de lidar com os problemas complexos do País. Depois, as ferramentas que hoje o CLP disponibiliza publicamente. Acreditamos no conceito de *data driven*, ou seja, a partir de dados e evidências é possível profissionalizar o processo decisório e criar um ambiente transparente, além de fazer com que as decisões sejam mais acertadas, minimizando as questões relativas à corrupção”.

A digitalização dos diversos processos que envolvem a gestão pública surge assim como um instrumento relevante no esforço de combater a corrupção. “O CLP tem diversas iniciativas que atuam neste sentido, por exemplo, a defesa por uma política de transformação digital no País. Ela não só automatiza e simplifica processos, mas traz também rastreabilidade e transparência, aperfeiçoando os serviços públicos e reduzindo os riscos de corrupção na máquina pública”, afirma Tadeu Barros.

Um outro caminho ressaltado pelo diretor do CLP está nos princípios do ESG, que é a sigla usada para se referir às melhores práticas ambientais, sociais e de governança de um negócio ou instituição. “O ‘G’ de governança engloba a importância de olhar políticas de *compliance* e de integridade da organização, sob o ponto de vista de tornar todos os processos mais transparentes”.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E FISCALIZAÇÃO DA IMPRENSA

O processo terapêutico para enfrentar a corrupção não depende apenas de atores internos do corpo da administração pública. Os outros dois pilares para fortalecer os propósitos das instituições e



“

Não vai ter combate efetivo à corrupção enquanto uma parcela importante da população, mesmo os instruídos, não lembrarem em quem votaram para deputado nas últimas eleições.

”

*Paulo Dalla Nora
Macêdo*

programas que promovem a fiscalização e transparência seriam, na análise de Manoel Galdino, o fortalecimento da imprensa e o aumento do controle social. “A fiscalização também da sociedade faz com que haja essa redução da corrupção”.

A inspiração para defender a participação social, segundo Paulo Dalla Nora Macêdo, vem dos países que são exemplo de gestão com um perfil de maior idoneidade da administração pública. “Todos os países que têm alta educação cívica, como os escandinavos, conseguem excelentes resultados na minimização da corrupção. É todo um pacote: mais participação da sociedade, mais engajamento e mais transparência que leva a menos corrupção. Mas para isso tem que ter envolvimento. Não vai ter combate efetivo à corrupção enquanto uma parcela importante da população, mesmo os instruídos, não lembrarem em quem votaram para deputado nas últimas eleições. Quantas pessoas conhecemos que leu a prestação de contas do seu representante, que escreveu um e-mail indagando e cobrando explicações, que se envolveu, foi a um debate?”, questiona.

“

A corrupção na administração pública tende a gerar descrença da sociedade na política, tornando eleitores e as eleitoras apáticos com relação à própria democracia como um valor imprescindível à República.

”

Túlio Velho Barreto





A frequência de escândalos, no entanto, acaba incentivando um movimento contrário da população, de distanciamento do debate público. “A recorrência do surgimento e evidências de casos de corrupção na administração pública, envolvendo agentes do Estado ou atores políticos, tende a gerar descrença generalizada da sociedade na política. E também na capacidade dos órgãos públicos de controle e de investigação de inibi-la, e dos órgãos públicos de justiça em puni-la. Em última instância, em muitos casos, pode mesmo criar descrédito nos institutos legais e nas instituições da democracia. Evidentemente, isso tende a fazer com que os eleitores e as eleitoras neguem a política e tornem-se apáticos com relação à própria democracia como um valor imprescindível à República. Daí, abre-se espaço para o surgimento de *outsiders* da política, aventureiros ou ditadores, ou candidatos a ditadores”, afirma o cientista político da Fundação Joaquim Nabuco Túlio Velho Barreto.

DEBATE ELEITORAL 2021

Paulo Dalla Nora e Túlio Velho Barreto têm percepções diferentes sobre como a corrupção deverá surgir no debate eleitoral em 2021. Para o vice-presidente do Instituto Política Viva, o tema será um dos focos nas campanhas. “Com a nossa maturidade política, vai sempre estar no topo da pauta. Uma pena, porque desigualdade, estratégias de crescimento e educação deveriam ter muito mais espaço e acabam ofuscados pelo debate da corrupção”.

Dalla Nora avalia que esse fenômeno beneficia candidaturas vazias. “Isso acaba trazendo vantagens para candidatos sem nenhum programa que se escondem atrás desse mantra de ‘zero tolerância pela corrupção’. Se você assistir a um debate presidencial nos EUA a corrupção entra em alguns momentos mas nunca é o tema principal. Aqui, fica-se com a impressão que estamos elegendo alguém para a vaga de delegado da Polícia Federal para combater crimes contra o patrimônio público”, compara.

Já para o pesquisador da Fundaj, o assunto deverá estar presente, mas não como um dos protagonistas do discurso das principais candidaturas. “Na minha avaliação, a corrupção não deve ser um tema central porque há outros como a crise sanitária, por





um lado, e as ações estapafúrdias do Governo Federal, por outro, que tenderão a ocupar o centro do debate eleitoral. Neste momento, o Brasil já ultrapassou mais de meio milhão de óbitos e quase 20 milhões de pessoas contaminadas, enquanto apenas patina em termos de vacinação”, ressalta Velho Barreto. As revelações da CPI da Pandemia, segundo o cientista político, devem inibir também a ala governista de trazer para o centro do debate a questão da corrupção, associada nas eleições de 2018 apenas aos governos petistas.

Além do horizonte de 2021, o combate à corrupção tem um longo caminho a ser percorrido. Uma terapia com o objetivo de evoluir, do atual quadro grave de enfermidade, para um paciente que não pode esquecer jamais os remédios, mas que já tem imunidade para resistir a novos vírus que surgirem para testar os limites da administração pública e da democracia. **a**